



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura

### 1. Nome da Unidade curricular:

Contencioso da União Europeia – UC Optativa (1.º Semestre - Dia)

### 2. Informação Complementar:

Duração: Semestral  Anual   
Horas de Trabalho: 168  
Créditos ECTS: 6

### 3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Maria José Rangel de Mesquita (2 hr/semanais)

### 4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Rui Lanceiro (2hr/semanais) – Gustavo Almeida Neves (2hr/semanais)

### 5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Conhecimentos técnico-jurídicos:

- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais relativos ao sistema jurisdicional da União Europeia (UE) e sua relação com os sistemas de justiça internacional relevantes, incluindo a problemática da tutela dos direitos fundamentais e do Estado de Direito enquanto valores da União;
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento dos principais meios contenciosos da Ordem Jurídica da UE com vista à sua utilização prática.

Aptidões e competências:

- a análise crítica dos elementos estruturantes do sistema jurisdicional da Ordem Jurídica da UE;
- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para a configuração e evolução do sistema jurisdicional da Ordem Jurídica da União Europeia;
- a compreensão crítica da relação entre o sistema jurisdicional da UE e outros sistemas de Justiça Internacional em que a UE participa (estádio actual e perspectivas de evolução);
- a aquisição de competências essenciais para utilizar cada um ou vários dos meios contenciosos da UE em função dos litígios concretos e dos direitos envolvidos, incluindo na sua relação com outros sistemas de Justiça Internacional.

### 6. Conteúdos programáticos:



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

1. O contencioso da União Europeia à luz do Tratado de Lisboa e pós-Conferência sobre o Futuro da Europa.
2. As bases jurídicas do contencioso da União Europeia
3. O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) após o Tratado de Lisboa e a última reforma da arquitectura jurisdicional: caracterização geral
4. A competência *ratione materiae* do TJUE e os domínios materiais abrangidos nas atribuições da União.
5. Os meios contenciosos no TJUE (enunciado e caracterização geral; aspectos gerais; o regime dos meios contenciosos principais e incidentais).
6. A repartição de competência entre os Tribunais da União Europeia
7. O processo no TJUE.
8. A relação entre o contencioso da União Europeia e as Ordens Jurídicas nacionais
9. O contencioso da União Europeia e a Ordem Jurídica portuguesa
10. O contencioso da União Europeia e a Justiça Internacional universal e regional.
11. A promoção do papel dos Direitos fundamentais e do Estado de Direito enquanto valores da União Europeia através do contencioso da União Europeia e sua relação com o contencioso nacional e internacional regional: a jurisprudência relevante do TJUE e sua evolução.

#### **7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:**

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem completa dos aspectos principais do sistema jurisdicional da União Europeia e sua relação com outros sistemas de Justiça Internacional contemporâneos relevantes para a União Europeia, numa tripla perspectiva: a perspectiva dos seus elementos estruturantes (vertente material e processual), a perspectiva de cada um dos meios contenciosos e respectiva articulação e a perspectiva do seu relacionamento com as ordens jurídicas internas, por um lado, e com outros sistemas de justiça internacional (universal e regional), por outro – tendo em conta o presente e as perspectivas de evolução em termos de sistemas jurisdicionais multinível.

#### **8. Metodologias de ensino:**

A metodologia de ensino assenta em três vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões; a análise e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa a cada ponto dos conteúdos programáticos; a elaboração de simulações (peças processuais no quadro dos principais meios contenciosos da União Europeia) ou outros trabalhos – de acordo com a indicação prévia das matérias e da jurisprudência e outros documentos para preparação por parte dos alunos; a resolução de casos práticos relativos aos diversos meios contenciosos.

#### **9. Avaliação:**

A metodologia de avaliação assenta em três vectores: i) uma componente prática (análise crítica de jurisprudência, elaboração de simulações – peças processuais; resolução de casos práticos ou outros trabalhos a indicar pelo professor); ii) curto trabalho escrito de comentário de jurisprudência do TJUE em matéria de direitos fundamentais e Estado direito (conforme matéria leccionada nas aulas teóricas); iii) uma componente de investigação e elaboração de trabalho escrito sobre um tema específico do programa de acordo com os interesses individuais dos alunos (com entrega prévia de plano de trabalho para discussão).



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### 10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à temática do sistema jurisdicional da União Europeia e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e modo de funcionamento dos vários meios contenciosos e da relação daquele sistema com as ordens jurídicas nacionais e com outros sistemas de Justiça Internacional.

A análise e o comentário crítico da jurisprudência relevante, bem como a elaboração de simulações (sob a forma de peças processuais) e a resolução de casos práticos permitem, em especial uma compreensão do modo de funcionamento do sistema na prática – em termos materiais e processuais – com vista à sua utilização (e articulação) face a um litígio concreto e, ainda, do modo de articulação entre os níveis de garantia jurisdicional nacional e transnacional europeu.

#### 11. Bibliografia principal:

M. J. RANGEL DE MESQUITA, *Introdução ao Contencioso da União Europeia. Lições*, 4.<sup>a</sup> ed., Almedina, 2022

FAUSTO DE QUADROS/A. GUERRA MARTINS, *Contencioso da União Europeia*, 2.<sup>a</sup> ed. (reimpr.), Almedina, 2009

M. L. DUARTE, *Direito do Contencioso da União Europeia*, AAFDL, 2017

M. J. RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, AAFDL, 2020 (Capítulo I, § 2, 2.3, Capítulo II, § 9); *A União Europeia após o Tratado de Lisboa*, Almedina, 2010 (II, § 9 e § 10); *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Almedina, 2011 (§ 10, 10.1.5. e § 24); *O sistema jurisdicional após o Tratado de Lisboa*, in AAVV, *O Tratado de Lisboa*, Almedina, 2012, pp. 71-94; *O Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas e o Direito da União Europeia*, Almedina, 2009

KOEN LENAERTS et al., *EU Procedural Law*, Oxford, University Press, 2014

J.-L. SAURON/A. GRASSO, *Droit procédural européen. Procédures devant la Cour de Justice, le Tribunal et la Cour européenne des Droits de l'homme*, Legitech, 2021

#### 12. Observações:

Tema: O Contencioso da União Europeia Pós- Conferência sobre o Futuro da Europa e a protecção dos direitos fundamentais e do Estado de direito enquanto valores da União Europeia

*O ensino da unidade curricular integrará o ensino e a investigação do Módulo Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe e Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation (Pontos 1.4, 4.4 e 11 do programa)).*

Programa desenvolvido, bibliografia complementar e outros elementos de estudo relevantes (nomeadamente Tratados, direito derivado, outros documentos, jurisprudência ou sites para investigação; simulações e exercícios práticos): consultar a página da unidade curricular na Plataforma E-Learning da UL.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Curricular Unit Sheet

Course  
Degree in Law

### 1. Curricular Unit Name:

European Union Judicial Review

### 2. Complementary Information:

Duration: Semester  Annual

Work hours: 168

Credits ECTS: 6

### 3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Maria José Rangel de Mesquita

### 4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Rui Lanceiro (2hr/semanais) – Gustavo Almeida Neves (2hr/semanais)

### 5. Learning outcomes of the curricular unit:

Learning outcomes (juridical knowledge):

- to acquire the relevant technical-juridical key concepts which are essential to understand the judicial system of the EU and its relationship with the relevant systems of international justice systems, including the matter of the protection of fundamental rights and of the Rule of Law as values of the European Union;
- to acquire knowledge on the juridical nature and the way of functioning of the main judicial remedies in the EU legal Order.

Learning outcomes (skills and competences):

- critical analysis of EU judicial system regarding its basic structural elements;
- critical analysis of the case law produced by this system as well as of its contribute to the development of the EU legal Order;
- critical comprehension of the relationship between the judicial system of the EU and other international justice systems in which the EU takes part (current stage and further development);
- acquire the necessary skills to be able to use each of EU judicial remedies according to the rights involved and also in relation with other international regional judicial systems.

### 6. Syllabus:



1. Judicial review in the European Union (EU) in the light of the Treaty of Lisbon and after the Conference on the Future of Europe.
2. Legal bases of the judicial review in the EU.
3. The Court of Justice of the EU (CJEU) after the Treaty of Lisbon and the last reform of the judicial architecture: main features.
4. The *ratione materiae* competence of the CJEU and the areas included in the EU competences.
5. Remedies before the CJEU (presentation, main features and features of the main and secondary remedies).
6. The division of competence between the EU Courts.
7. Procedure in the CJEU.
8. The relationship between the judicial review in the EU and national legal orders: main features
9. Judicial review in the EU and the Portuguese Legal Order
10. Judicial review in the EU and international and regional justice.
11. The promotion of the role of Fundamental Rights and of the Rule of Law as Values of the European Union through judicial review in the EU and its relationship with national and international regional litigation: the relevant case law of the CJEU and its evolution.

#### **7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:**

The syllabus includes a complete approach of the main aspects of the judicial system of the EU and its relationship with contemporary systems of international justice in a triple perspective: its main features (material and procedural rules), each judicial remedy and its relationship with national legal orders and transnational judicial systems (universal and regional) both in its material and procedure features. Such approach allows the knowledge of such system at present and the future perspectives in terms of multilevel judicial systems.

#### **8. Teaching methodologies:**

Teaching methodologies are based in three elements: a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expositive method and the identification of the main problematic juridical issues; the critical analysis of the relevant case law; the drafting of a procedural piece and the solution of cases within a judicial remedy and other assignments – according to previous identification of the topics to be analysed and of the relevant documents and doctrine for previous preparation by the students.

#### **9: Evaluation:**

Evaluation methodology is based in three elements: i) a practical element (critical analysis of case law, procedural piece, solving practical cases, other assignments by the professor); ii) short written commentary of a CJEU decision related to judicial review on fundamental rights and the Rule of Law (according to the topic addressed in plenary class); and iii) a research element in order to write a paper on a specific topic according to the background of the students (law, international relations, other) and their individual thematic preferences.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### 10. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The theoretical introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding the judicial system of the EU as well of the key knowledge on the nature and modus operandi of each of its judicial remedies as well and its relationship with other international justice systems.

The critical analysis of the case law and the drafting of a procedural piece and the solving of cases allows, in particular, the comprehension of the system in practice, aiming at its use when facing a concrete dispute – identifying the relevant judicial remedies that may be used and how they relate with the national and transnational levels.

#### 11: Main Bibliography:

M. J. RANGEL DE MESQUITA, *Introdução ao Contencioso da União Europeia. Lições*, 4.<sup>a</sup> ed., Almedina, 2022

FAUSTO DE QUADROS/A. GUERRA MARTINS, *Contencioso da União Europeia*, 2.<sup>a</sup> ed. (reimpr.), Almedina, 2009

M. L. DUARTE, *Direito do Contencioso da União Europeia*, AAFDL, 2017

M. J. RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, AAFDL, 2020 (Capítulo I, § 2, 2.3, Capítulo II, § 9); *A União Europeia após o Tratado de Lisboa*, Almedina, 2010 (II, § 9 e § 10); *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Almedina, 2011 (§ 10, 10.1.5. e § 24); *O sistema jurisdicional após o Tratado de Lisboa*, in AAVV, *O Tratado de Lisboa*, Almedina, 2012, pp. 71-94; *O Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas e o Direito da União Europeia*, Almedina, 2009

KOEN LENAERTS et al., *EU Procedural Law*, Oxford, University Press, 2014

J.-L. SAURON/A. GRASSO, *Droit procédural européen. Procédures devant la Cour de Justice, le Tribunal et la Cour européenne des Droits de l'homme*, Legitech, 2021

#### 12: Remarks:

***Main Topic: Judicial Review in the European Union after the Conference on the Future of Europe and the protection of Fundamental Rights and the Rule of Law as European values***

*The teaching activity will be part of the teaching and research activities of the Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” - (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe and Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [Items 1.4, 4.4 and 11. of the Syllabus]).*

Developed Syllabus and Bibliography and other materials: consult the webpage of the curricular unit at the webpage of the Faculty of Law.